

1. Desarmar os civis, exigência do processo de paz

Cerca de 1 milhão de dólares norte – americanos, é o custo estimado da promoção de um plano nacional de desarmamento de civis, na sua componente de organização e treino de polícias e civis, envolvendo a sociedade civil, sem contar adicionais de operações locais de troca de armas por produtos. Mas o mais importante é o compromisso político das autoridades, a participação cívica e educação pública para obter o desarmamento voluntário dos civis, diz Virgínia Gamba, directora da SaferAfrica, uma organização não governamental baseada em Pretoria, Africa do Sul, parceira da SADC, que esteve uma semana em Luanda a promover acções de treino, além de reunir com as autoridades Governamentais e representantes da sociedade Civil.

O angolano esta ciente das suas responsabilidades porque assinou a declaração de Bamako, a declaração da organização de Unidade Africana sobre tráfico de armas ligeiras e o programa de acção da ONU do ano passado. Estamos aqui para assistir as autoridades angolanas a cumprir com os compromissos já assumidos a nível regional e internacional, arrematou.

Virgínia estima que o maior problema para Angola é o de saber como empreender um plano de acção nacional massivo para empreender o conhecimento do povo sobre o problema de desarmamento da População Civil de modo não violento e encontrar recursos para habilitar a população a acreditar na paz.

Gamba nega ser este um problema de **compensações não – monetárias**. “Nós não apoiamos experiências baseadas em armas por dinheiro porque quando se dá valor monetário a uma arma neste tipo de programas esta - se a gerar um mercado. E ai você terá pessoas a entregar armas e a vende – lás, a fazer comércio. Isso não funciona”, enfatiza Gamba que põe a consideração o que aconteceu em Moçambique, tido como bom exemplo, onde as armas foram trocadas por ferramentas e utensílios de trabalho como bicicletas, tractores, ceifeiras debulhadoras, enxadas, foices.

Uma das ideias que surgiu neste workshop organizado em Angola foi a troca de armas por comida, vestuários, calçados.

“ Devera existir qualquer tipo de compensação obviamente. É importante que as pessoas compreendam que é errado que os civis possuam armas indiscriminadamente e que é perigoso para as suas vidas, afectando crianças e toda família”, considera Gamba antes de mais é preciso promover a educação cívica, trabalhar com as Igrejas, as escolas, associações, por exemplo as dos veteranos de guerra, todos que possam passar a margem. Depois são necessários programas de micro - desenvolvimento e acções de formação técnicas para aqueles que estiverem envolvidos com armas.

A SADC entende que a questão do desemprego em Angola esta muito relacionada com o comércio ilícito de armas, eis a razão pela qual deverá emergir pelo menos um programa inclusivo de seis (6) anos, com componentes de desenvolvimento capacitação profissional, legislação, acções compulsivas.

Para financiar a gestão de um plano nacional de desarmamento de civis estimamos ser necessário 1 milhão de dólares norte - americanos por ano, num período ate 5 anos. Isto inclui a organização da campanha, treino de polícias, sociedade civil propaganda, mas não abrange custos de campanhas locais de recolha de armas por produtos, por exemplo, a nível local.

Claro que a comunidade internacional pode fornecer uma parte de fundos, mas não se trata sempre de dinheiro. As companhias públicas ou privadas podem ajudar com produtos.

A SaferAfrica é um novo tipo de organização não governamental. Está baseada na África do Sul, mas tem um carácter continental e internacional. É composta por profissionais que fornecem consultoria técnica em questões de paz e segurança, cobrindo quatro áreas: controlo de armas e desarmamento em três continentes (África, América Latina, e Ásia); desenvolvimento (treino, formação); reconstrução, reabilitação.

Trabalha com o governo da Tanzânia que encomendou um plano geral de gestão de desarmamento de civis, Moçambique, que também solicitou uma campanha de sensibilização pública e outros países.

Tirado no Jornal Agora de 18 de Maio de 2002.

Pag. 19

2. Angola 2000 defende: Precisamos de um Comité Nacional para Desarmamento

Os membros afectos a essa associação e não só consideram que o desarmamento da população civil não será possível apenas com as actividades exercidas pelas organizações não governamentais. Um comité nacional para desarmamento, que deverá ser dirigido pelo Governo, é a solução apontada.

No mesmo dia em que apresentaram o relatório sobre o desarmamento da população civil intitulado “ Para um futuro melhor”, João Ferreira dos Santos Rocha, presidente da associação Angola 2000, disse em exclusivo ao AGORA que o organismo que preside defende a criação de um comité nacional para o desarmamento, que poderia ser composto pelo Governo que deve liderar o processo e outras organizações da Sociedade civil.

João Rocha acredita que através das organizações não-governamentais, esse comité teria uma abrangência local e nacional. A seu ver, o desarmamento faz parte de um processo que não é só da sua associação, mas também de outras organizações e da própria população.

Sem querer atirar-se contra o Governo e apesar de reconhecer que este tem apoiado as suas actividades, o presidente da Angola 2000 sublinhou que o desarmamento da população civil deveria fazer parte da comissão conjunta por ser uma das preocupações da sociedade que também faz parte do protocolo de Lusaka.

“ Já começamos a ver sinais dos males que essas armas podem trazer para a nossa população”, disse.

O relatório. O documento apresentado esta terça feira, 19, num hotel da capital, em Luanda, está centrado num inquérito que a associação Angola 2000 efectuou em três províncias, nomeadamente Luanda, Huambo e Malange.

Segundo a organização, cerca de 80 entre cada 100 pessoas inqueridas em cada uma destas três cidades, embora não sejam as que possuem um maior número de armas, receiam que elas sejam espalhadas por toda Angola.

O inquérito considera que a posse de armas ainda não é a causa principal da violência, mas facilita o recurso fácil ao fuzil para resolver disputas.

“ A recolha de arma será um Fim”, disse João Rocha, acrescentando que enquanto faziam o inquérito, “ as pessoas vinham perguntar-nos o que é que vão nos dar em troca se nós entregarmos as armas”.

Para ele, o método de troca deve ser bem analisada, porque senão estaremos a criar um mercado de compra e venda de armas em Angola.

Contudo, Rocha acha que deve-se fazer uma ligação entre o desarmamento e o desenvolvimento sustentável. Mas, alerta que não pode haver uma imposição por parte das pessoas em ditarem as regras do jogo para poderem entregar as armas que possuem.

“Temos a noção do que queremos e não aceitaremos imposições. Pensamos que deve-se elaborar um plano de acção para o desarmamento nacional, onde o Governo e a Sociedade Civil actuem em conjunto no sentido de se criarem condições para as populações”, defende.

No entanto, o activista considera que o mais importante é que a solução seja adequada e sustentável e não uma iniciativa para relações públicas, para que depois de alguns anos o problema continue.

Não podemos dizer que vamos recolher todas as armas nos próximos 5 ou 10 anos, mas vamos criar as condições para melhor gerirmos a proliferação e a posse das armas, o seu uso e abuso pelos nossos compatriotas”, sublinhou.

Tirado no Jornal Agora, do dia 23 de Novembro de 2002

Edição 299

3.Desarmar A empresa está a cargo da Associação Angola 2000 **Armas em posse da população serão recolhidas**

As armas em posse da população civil vão ser recolhidas para não por em causa a estabilidade social, económica e política do país. A iniciativa é da Associação Angola 2000, que tem como objectivo principal proteger as necessidades, aspirações e interesses da Nação.

Matias Capapelo, Vice-Presidente da Associação Angola 2000, disse que já inquiriram mais de três mil pessoas em várias províncias. “ Vamos continuar com o inquérito, em todas as províncias, para que tenhamos um indicativo para conseguirmos levar a cabo o nosso trabalho sem sobressaltos”, realçou.

Adiantou que, neste preciso momento, o trabalho da referida Associação é criar as bases, através do inquérito, para em conjunto com o Governo poder actuar com eficiência.

Questionado sobre como a Associação Angola 2000 vai actuar, Matias Capapelo, sem vacilar, disse: “ É preciso primeiro que, a população esteja consciencializada de que as armas já não têm a razão de ser e que com a sua posse ilegal podemos incorrer em crime”.

Garantiu que depois do aturado trabalho de consciencialização, os membros da associação vão implementar outros métodos, com o objectivo de recolher o armamento, sem nenhuma coercibilidade.

Para que a referida actividade decorra com êxito, salientou, a associação Angola 2000 vai contar com o contributo do Ministério da Educação e Cultura, que vai sensibilizar os alunos de ensino de base, médio e universitário que, as armas não fazem parte do “ mobiliário” das nossas casas.

“ Optamos primeiro por um trabalho de sensibilização e educação sobre o perigo que as armas apresentam para a comunidade, porque a recolha física do armamento é feita quase que diariamente pelas Forças Policiais, mas no entanto, ainda há muito armamento em posse da população”, sustentou.

Acrescentou que a Associação em causa vai contar, com o apoio da imprensa estatal e privada, bem como das Igrejas, das Organizações Não Governamentais e das instituições governamentais.

Quero lembrar que a comunidade internacional, também, tem um papel, e devo realçar a contribuição do Ministério das Relações Exteriores da Republica Federal Alemã, que está a financiar o projecto em curso.

Inquérito Nacional será o primeiro passo

Questionado sobre o número de armas que prevêem recolher, o Vice-Presidente da Associação Angola 2000, constituída aos 23 de Novembro de 1999, recusou-se a comentar o assunto.

“ Nem todas as províncias ficaram afectadas pela guerra da mesma maneira. Sendo assim, estamos a fazer o inquérito. só depois é que vamos divulgar os números”, precisou.

Moçambique, Africa do Sul e Haiti não obtiveram êxitos nesta campanha. A propósito, Matias Capapelo respondeu: “ Nesses países não houve um trabalho de sensibilização a fundo. Não houve o desarmamento de consciência. Por isso é que estamos, primeiro, a inquirir para depois actuarmos sem encontrarmos barreiras. Para tal temos que contar

com o Governo e não só. Quero dizer que depois de um consenso nacional, vamos começar com o trabalho de recolha de armas.

O Vice-Presidente da Associação Angola 2000, que conta com mais de 40 membros em varias províncias, sublinhou, laconicamente, que será dentro de meses que o programa terá início.

Sustentou, por outro, que o inquérito ajudou-nos a ter dados sobre os quais podemos definir os métodos a usar para o desarmamento da sociedade civil. Durante o inquérito numa das províncias foi-nos mostrado um paiol de armas.

Tirado, do Jornal de Angola de dia 06 de Setembro de 2002, na pag. 18